

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Seguros de Saúde em Portugal: Quando o Mercado Cobra, Exclui e o Estado Assiste

Publicado em 2026-03-26 21:39:11



Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

elevada de despesa directa das famílias em saúde, perto de 30% do total, cerca do dobro da média da UE.

- Apenas 62% da despesa total em saúde em Portugal foi financiada por fontes públicas em 2022, bastante abaixo da média europeia.
- Em 2024, 4% dos adultos em Portugal reportaram necessidades médicas não satisfeitas e 15% reportaram necessidades dentárias não satisfeitas por custos, distância ou tempos de espera.
- Os pagamentos directos expõem 7% dos agregados familiares a despesa catastrófica em saúde.
- A ASF reconheceu em 2025 a necessidade de clarificar a diferença entre seguros de saúde e planos de saúde para proteger melhor o consumidor.



MERCADO COBRA, EXCLUI E O ESTADO ASSISTE

O cidadão português paga impostos para sustentar o sistema público, paga do bolso quando o sistema falha, e paga prémios ao privado para descobrir, no momento da aflição, que a cobertura tem portas estreitas, tectos baixos e exclusões em letra pequena.

Há sectores onde a linguagem comercial parece ter sido inventada para substituir a honestidade. O mercado dos seguros de saúde em Portugal é um deles. Vende-se tranquilidade, mas entrega-se frequentemente um labirinto. Promete-se protecção, mas distribuem-se exclusões. Fala-se de liberdade de escolha, mas o consumidor acaba encurralado entre redes limitadas, períodos de carência, tectos de cobertura, pré-existências e aumentos de preço que fazem da saúde um privilégio embalado em brochuras reluzentes.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

cidadão não compra apenas um seguro; compra uma segunda esperança. E descobre, demasiadas vezes, que essa esperança vinha cheia de cláusulas.

Portugal: demasiada despesa directa, demasiada vulnerabilidade

As publicações internacionais mais credíveis sobre sistemas de saúde deixam pouca margem para ilusões. O **European Observatory on Health Systems and Policies** indica que, em Portugal, a despesa directa das famílias representava cerca de **30% da despesa total em saúde**, aproximadamente o dobro da média da União Europeia, sendo a maior fatia dessa despesa canalizada para cuidados ambulatoriais e medicamentos. A mesma fonte refere ainda que apenas **62% da despesa total em saúde** foi financiada por fontes públicas em 2022, valor claramente inferior à média europeia. ¹⁰

Isto significa uma coisa muito simples: em Portugal, adoecer pesa demasiado no bolso. E quando a carteira começa a determinar a velocidade, a qualidade ou até a possibilidade do tratamento, a igualdade de acesso torna-se uma ficção piedosa declamada em cerimónias oficiais.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

ficado sem esses cuidados devido a custos, distância ou tempos de espera. O mesmo perfil assinala que os pagamentos directos elevados expõem 7% dos agregados a despesa catastrófica em saúde.¹

Quando um país chega a este ponto, o problema já não é apenas clínico nem administrativo. É moral. Porque o sistema passa a dizer, ainda que em voz baixa, que há dor que espera e dor que paga.

O privado não corrige a falha: monetiza-a

Em teoria, os seguros de saúde poderiam funcionar como complemento razoável e competitivo. Na prática, muitas vezes funcionam como mecanismos de segmentação do risco, protegendo mais a conta de resultados das seguradoras do que a serenidade do segurado. O mercado tende a seleccionar, limitar, tarifar e excluir. Não por maldade metafísica, mas porque essa é a sua lógica. O problema começa quando o regulador aceita essa lógica quase como fatalidade natural.

A própria ASF reconheceu em 2025 a necessidade de clarificar, de forma reforçada, a distinção entre **seguros de saúde** e **planos de saúde**, precisamente para reduzir confusão e escolhas mal informadas. A ERS, por seu lado,

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

típica do seguro. 2~

Ou seja: muitos consumidores entram no mercado julgando estar a comprar protecção robusta, quando afinal compram uma espécie de passe de acesso condicionado a cuidados pagos à peça. É como comprar um colete salva-vidas e descobrir, no meio da tempestade, que afinal era um folheto plastificado com descontos em boias.

A falsa concorrência e a impotência regulatória

Dizer que há várias marcas e operadores não basta para provar concorrência real. Num mercado verdadeiramente concorrencial, os produtos são comparáveis, compreensíveis e avaliáveis pelo cidadão comum. Quando as coberturas são opacas, as exclusões dispersas, os limites escondidos e as redes diferenciadas até ao delírio contratual, a concorrência transforma-se num teatro de vitrinas. Parece escolha; é apenas confusão organizada.

Acresce que o consumidor compra estes produtos num contexto assimétrico: em situação de fragilidade, medo, urgência ou prudência preventiva. Não é como escolher um telemóvel. É como comprar um extintor para uma casa que pode arder a qualquer momento. E quando a linguagem

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A regulação, nestes casos, não pode limitar-se a verificar se a papelada foi entregue e se o folheto tem letras suficientemente legíveis para satisfazer um mínimo formal. Tem de intervir na arquitectura do mercado: comparabilidade obrigatória, linguagem simples, limites claros a exclusões abusivas, fiscalização substantiva, dados públicos sobre reclamações, mecanismos céleres de resolução de conflitos e sanções que doam realmente. Sem isso, o regulador arrisca-se a ser apenas um farol apagado numa costa cheia de escolhos.

Quando o sistema empurra o cidadão para pagar duas e três vezes

O retrato internacional mostra que Portugal enfrenta dificuldades persistentes de acesso e tempos de espera. A **WHO/Europe** sublinhou em Dezembro de 2025 que há evidência nova sobre como tornar os cuidados mais acessíveis em Portugal e recomendou, entre outras medidas, reduzir os tempos de espera, melhorar o acesso aos cuidados primários e abolir subsídios fiscais que favorecem pagamentos directos e prémios de seguros voluntários, por beneficiarem mais os agregados de rendimentos elevados.³

Isto é particularmente revelador. Até do ponto de vista da equidade, subsidiar o recurso privado pode acabar por

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

No fim, o cidadão português paga de várias formas: paga impostos para o sistema universal, paga taxas e participações, paga do bolso por consultas, exames e medicamentos, e depois paga prémios ao sector privado para tentar escapar ao estrangulamento do acesso. E mesmo assim não compra segurança plena. Compra apenas uma tentativa de reduzir incerteza.

Não é apenas uma falha de mercado. É uma desistência política

Quando o Estado permite que a saúde se converta progressivamente num território de angústia financeira, está a abdicar de uma das suas funções mais elementares. Não basta proclamar que existe um Serviço Nacional de Saúde universal. É preciso garantir que o cidadão não é empurrado, por exaustão, medo ou desespero temporal, para mercados desenhados de forma a maximizar receita e minimizar responsabilidade.

O problema, portanto, não é a mera existência de seguros de saúde. O problema é um ecossistema onde o público falha demasiado, o privado capitaliza essa falha e o regulador chega muitas vezes tarde, fraco ou excessivamente civilizado para enfrentar interesses económicos com peso suficiente para moldar a paisagem.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Referências públicas e internacionais

1. European Observatory on Health Systems and Policies
— *Portugal: Health System Summary 2024*.

2. OECD / European Commission — *Portugal - Country Health Profile 2025*.

3. OECD — *Health at a Glance 2025*, capítulos sobre necessidades não satisfeitas e despesa directa das famílias.

4. WHO/Europe — *New evidence identifies policy options to make health care more affordable in Portugal*, Dezembro de 2025.

5. Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) — recomendações de 2025 sobre seguros de saúde versus planos de saúde.

6. Entidade Reguladora da Saúde (ERS) — informação ao utente sobre planos e cartões de saúde.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.


Quando a doença vira modelo de negócio e a protecção vira folheto comercial, já não estamos perante um sistema de saúde: estamos perante um mercado a leiloar a fragilidade humana.

**Leia o Manifesto por um Portugal Livre,
Competente e Criador**

 [GitHub Pages](#)

 [IPFS \(IPNS\)](#)

 **Fragmentos do Caos:** [Blogue](#) • [Ebooks](#) • [Carrossel](#)

 Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)